

MUNDIALIZAÇÃO ECONÔMICA *VERSUS* ESTADOS NACIONAIS: IMPACTOS NO SISTEMA ESCOLAR E NO ENSINO DA GEOGRAFIA NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

Resumo

Desde o final dos anos 60 as economias desenvolvidas começam a demonstrar esgotamento em suas capacidades de crescimento e desenvolvimento econômicos. Isto se tornaria mais evidente em meados dos anos 70 quando se efetivou a crise de acumulação e rentabilidade capitalista. Para driblar tal crise, duas medidas se tornariam as mais importantes: diminuir a influência do Estado sobre as atividades produtivas e aumentar a produtividade por trabalhador. Necessitava ainda de novas formas de descentralização e territorialização produtiva, bem como a busca por novos e sofisticados mercados consumidores. As transformações que ocorrem a partir desse período colocam o Estado como o grande vilão para o desenvolvimento das forças produtivas (pelo lado da oferta). É necessária a substituição do Estado Desenvolvimentista pelo Estado Regulador. Autores ligados, sobretudo à corrente (neo)liberal, consideram o mundo atual globalizado, no qual os países não mantêm mais restrições ao comércio. Entendem também que pode haver uma maior cooperação entre as nações, estimulando-as a um novo momento de paz e realização das necessidades básicas, notadamente das populações mais carentes. Todavia, as relações entre os países não são tão cooperativas como querem fazer crer tais ideólogos. As desigualdades econômicas, sociais e regionais fazem com que os países em desenvolvimento, e, em particular, os latino-americanos, busquem aportes financeiros e produtivos das nações mais ricas. Uma das funções dos Estados nacionais sob o neoliberalismo é reformar o sistema de ensino (público ou privado). A nova lógica de acumulação capitalista requer trabalhadores e consumidores mais (in)formados e qualificados, seja para produzirem produtos ou serviços ou para se utilizarem destes. A escola e o ensino de modo geral, devem também passar por uma nova reorganização. Têm de ser avaliados por sua qualidade e eficiência; elaborar contratos, parcerias com empresas etc. Isto faz com que estas funções descaracterizem seu funcionamento como vinha até aquele momento. O professor passou a ser considerado um profissional e solucionador de problemas que deve buscar inovações, mobilizar recursos locais e formar estudantes capacitados para o mercado de trabalho. Tais formulações e práticas são centradas na capacidade e eficiência individual, o mercado sendo o grande regulador dos problemas sociais, políticos e econômicos. Nesse contexto, o ensino público deve ser redimensionado, ou seja, direcionado para as classes mais populares, enquanto que o ensino particular fortemente incentivado. Assim, diferentes instituições internacionais têm grande participação e influência sobre os destinos de diferentes países latino-americanos no tocante à educação. As mais importantes são a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que atua basicamente entre os países ricos; o Fundo Monetário Internacional (FMI), que tem como missão evitar ou superar crises, a partir de repasses financeiros para os países membros; o Banco Mundial, que busca combater a pobreza em longo prazo, por meio de financiamentos em áreas sociais - particularmente à educação; e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que regula - por meio de convênios e arbitragem - o comércio entre os países signatários. Nas últimas rodadas de negociação, tem-se discutido a abertura para o setor educacional, considerado fortemente protegido nacionalmente. Um dos problemas que se coloca na atualidade é a função da universidade, da escola e sua relação com a sociedade e vice-versa. Portanto, qual o desafio das Universidades hoje: estabelecer com a sociedade uma relação mútua em troca de recursos que esta lhe garante e estar articulada em uma aprendizagem que

ultrapassa os limites de cada disciplina, enfocando o desenvolvimento da cooperação, da pesquisa e extensão, inter-relacionados aos currículos dos cursos e ajudar na construção do Brasil e dos países latino-americanos como nações soberanas? Ou serão cúmplices daquelas forças cujo exercício tem como consequência a interrupção de um processo histórico de construção de um futuro mais digno, mais justo, principalmente para as classes mais populares? Na universidade contemporânea se manifestam determinadas tendências que supõem profundas modificações no modo de atuar e de pensar de todos os implicados, em especial os professores. Ou seja, redução da presencialidade (diminuição da carga semanal de aulas); o aumento dos cursos à distância; nas “escolas profissionalizantes” a carga horária das disciplinas de humanidades tem se reduzido constantemente. Contudo, existe a necessidade de se estabelecer determinados conceitos que podem auxiliar o desenvolvimento das atividades educacionais. Estão intrinsecamente relacionados com os recursos humanos (professores e estudantes); com a base material (existente nas universidades e a que se utiliza na sociedade). Em sentido mais específico, isto é, com relação à ciência geográfica e o ensino desta disciplina, têm passado por profundas modificações no campo conceitual e de sua prática educativa. Sob o capitalismo monopolista que domina as novas relações sociais e políticas, tendo a técnica se sobrepujado às questões sociais, o geógrafo e o ensino de geografia devem compreender as transformações no espaço geográfico. Há que se desvendar como os homens, em sociedade, atuam – não apenas sobre o território, mas como organizam esta configuração territorial e também sobre a própria sociedade em que vivem. Tais transformações ocorrem de maneira desigual ao longo do tempo, tornando necessária uma retomada histórica deste processo. A Geografia deve problematizar diversas questões e buscar uma maior compreensão do mundo e das relações internas da sociedade brasileira e latino-americana e destas com o restante do mundo. Compreender historicamente o avanço da técnica e seus desdobramentos para a sociedade e sobre o território em que se situa é uma das premissas do método em geografia. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar as políticas neoliberais - inclusive as Instituições Internacionais - aplicadas no Brasil e na América Latina em geral e relacioná-las com as proposições e ações no campo educacional e em particular no ensino de geografia. Metodologicamente utiliza uma análise qualitativa na forma indutiva de obter as respostas, tendo por fundamentação teorias que explicam as relações entre os países. Utiliza ainda o materialismo histórico-dialético, apoiando-se na concepção dinâmica da realidade e das relações entre teoria e prática. Espera-se poder contribuir para o debate acerca da resolução sobre os graves problemas latino-americanos, particularmente ligados ao campo do ensino de geografia.

Palavras-chave: Mundialização Econômica; Estados Nacionais; Universidade; Sistema Escolar; Ensino de Geografia.